

Globethics Repository

The logo for Globethics, featuring the word "Globethics" in white, sans-serif font centered within a solid blue rectangular background.

Sociologia crítica [Critical sociology]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Barboza Lacerda, Luiz Felipe
Publisher	Editora UnilaSalle
Rights	Creative Commons Copyright (CC 2.5)
Download date	2026-06-23 07:31:15
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/224198

SOCIOLOGIA CRÍTICA: ENSAIO SOBRE PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E MANIFESTAÇÕES ATUAIS

Luiz Felipe Barboza Lacerda¹

Recebido em: 07/03/2013 | Aceito em: 06/08/2013

Resumo

Buscamos um panorama geral sobre a Sociologia Crítica, que por muito tempo representou o braço forte da Psicologia Social. Afinal, por onde anda a Sociologia Crítica hoje? Por onde anda a Psicologia Social e quais suas relações com a Sociologia? Buscando estas respostas o texto se divide nas seguintes etapas: Um resgate da visão crítica dentro da ciência ocidental, em um segundo momento os principais conceitos que compõe este universo teórico e, na terceira parte, buscando responder as perguntas motivadoras, reflexões sobre a *Psicologia Social* nos dias de hoje e suas relações com a *Sociologia*.

Palavras-Chave: Sociologia Crítica; Escola de Frankfurt; Psicologia Social; Sociologia

CRITICAL SOCIOLOGY: ESSAY ON HISTORIC PERSPECTIVES AND CURRENT MANIFESTATIONS

Abstract

We seek for a general overview about the Critical Sociology, which for a long time represented the strong arm of the Social Psychology. After all, where is the critical sociology today? Where is the Social Psychology and which are its relationships with Sociology? Seeking for these answers, the text is divided into the following steps: A ransom of the critical view within the western science, in a second stage the key concepts that make up this theoretical universe and, in the third part, trying to answer the motivating questions, reflections on Social Psychology nowadays and their relationships with Sociology.

Keywords: Critical Sociology; Frankfurt School; Social Psychology; Sociology

Introdução:

Este artigo foi desenvolvido a partir de estudos bibliográficos que posteriormente foram confrontados com as ideias do próprio autor e de seus colaboradores, Dr. Pedrinho Guareschi (Psicólogo da

¹ Luiz Felipe Barboza Lacerda é Psicólogo formado pela PUCRS, pós-graduado em Psicologia Transpessoal pela ALUBRAT e Mestre em Ciências Sociais pela UNISINOS. Docente e Coordenador do Grupo de Pesquisa Estudos e Diversidade Amazônica (GPEDA) do Centro de Estudos Superiores de Tabatinga, Universidade do Estado do Amazonas. Doutorando do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais na UNISINOS.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Dra. Helena Scarparo (Psicóloga da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) e Dr. Carlos Gadeia (Sociólogo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos). As contribuições destes colaboradores foram coletadas em forma de entrevistas abertas com o intuito de debater e aprofundar as perspectivas teóricas previamente elaboradas.

Sem o intuito de esgotar o tema em questão, objetivamos compreender as manifestações atuais da Sociologia Crítica e da Psicologia Social, assim como suas relações com o campo da Sociologia, possibilitando a ampliação dos elementos pertinentes a uma análise adequada sobre tais questões.

O que é crítica?

A primeira definição a que podemos recorrer para compreensão do que é crítica está apresentada na etimologia grega da palavra *Crinein*, que se refere ao ato de separar e julgar, levando-nos a entendê-la como apreciação minuciosa de algo.

Tomando esta ideia inicial como referência, a postura crítica pode ser encontrada ao longo de toda a história do pensamento moderno ocidental. Neste sentido, o próprio nascimento da filosofia grega, cunhada pelos escritos de Tales de Mileto aproximadamente 500 anos antes de Cristo, ao buscar explicações racionais aos fenômenos outrora explicados pela metafísica religiosa, podem ser considerados críticos frente às cosmovisões hegemônicas de sua época. Da mesma forma, o método dialético, que levou Sócrates a ser condenado à morte sob acusação de corromper a juventude por questionar conceitos socialmente naturalizados como *bom, mau, virtude e morte*.

Neste mesmo contexto, quando os pensamentos de Sócrates, Platão e Aristóteles tornaram-se hegemônicos na Grécia Antiga, novos críticos como Diógenes de Sínope e Zenão de Cítio surgiram contrapondo-se as regras de pensamento convencionadas socialmente. Posteriormente, contrapondo-se a Era conseguinte denominada Medieval, por volta de 1600 depois de Cristo, a Renascença, impulsionada principalmente por Francis Bacon, René Descartes e Galileu Galilei, também surge como uma postura crítica inaugurando a Idade da Razão.

Esta rápida mirada pela história do pensamento ocidental nos mostra que a postura crítica, ao longo tempo, encontra-se presente e impulsionando o desenvolvimento do pensamento humano e que fundamentalmente caracteriza-se como análise minuciosa de determinado fenômeno e posterior contraposição a ele ou a alguns de seus elementos fundantes, em vista de reverter determinada forma hegemônica de compreender e administrar o mundo.

Refletindo sobre os tempos modernos, Pedrinho Guareschi em seu livro *Sociologia Crítica: Alternativas de mudança* (2011), nos apresenta duas cosmovisões que seriam as matrizes das formas contemporâneas de encararmos a sociedade nos dias de hoje, a saber, a *Teoria Positivista – Funcionalista* e a *Teoria Histórico – Crítica*.

A *Teoria Positivista – Funcionalista* é denominada *Positivista* na medida em que tal palavra, no passado participio do latim (*positium*) nos remete ao que está posto, colocado, já constituído. Desta forma, tal corrente teórica fundamentalmente compreende a sociedade e o mundo de maneira geral, a partir do que é concreto, palpável. Ela representa a definição central que a modernidade elaborou sobre o próprio

conceito de realidade. (GUARESCHI, 2011).

Outra caracterização da *Teoria Positivista – Funcionalista* é seu aspecto funcionalista. Isto acrescenta na ideia de realidade concreta e já acabada o fato dela também ser determinada por uma noção de *funcional* de caráter aparentemente harmônico. Isto é, além de concreta, a realidade funciona como um sistema integrado e organizado, no qual tudo possui função pré-estipulada de interdependência.

Como você já percebeu, há também um aspecto ético nessa teoria. Implícito na teoria está o que é bom e o que não é bom. Para essa teoria, é bom tudo que funciona, tudo que leva ao equilíbrio. Tudo o que desequilibra, ou não corre para a harmonia do todo, não presta. Por isso, sempre que alguém queira mexer ou mudar alguma coisa, esse alguém está fazendo algo que não serve, que não presta. O Ideal é permanecer sempre tudo como está. (GUARESCHI, 2011, p. 25).

Por fim, tal autor evidencia que o Positivo-Funcionalista está a serviço de grupos sociais que de alguma forma obtêm vantagens das situações em que se encontram no sistema social-econômico, por isto, buscando preservar e promover a ideia de funcionalidade da ordem vigente.

A *Teoria Histórico-Crítica* caracteriza-se como a segunda cosmovisão apontada pelo autor. Buscando aprofundar determinada concepção de *histórico* deparamo-nos com a ideia de *transitório*, isto é, composto de um passado, um presente e um futuro. Nesta perspectiva, tudo que é criado e construído é também histórico e sendo assim, transitório. Por sua vez, se é transitório não é absoluto, mas sim relativo. (GUARESCHI, 2011).

A postura não absolutista da teoria *Histórico-Crítica*, ao abrir margem para o relativo, traz à tona a ideia de incompletude, que por sua vez, expande a concepção convencional de realidade, agora não mais como um sistema absoluto e equilibrado em si mesmo: O mundo é o visível, o concreto que está na nossa frente, mas também o invisível, o que não está.

Esta é a fresta teórica por onde a Sociologia Crítica apresenta suas principais alternativas de transformação social, pautadas nos conceitos de *relação*, *utopia* e *ideologia*, como veremos mais adiante. Tais pressupostos nos permitem compreender que a realidade é o que está e o que não está posto e se foi construída é também mutável. Conseqüentemente, esta elaboração nos leva diretamente para uma concepção de *Crítica*:

Pois bem, possui uma visão crítica aquela pessoa que de antemão, isto é, antes mesmo de ver, ouvir ou ler qualquer coisa, tem essa convicção íntima e profunda de que tudo o que é histórico possui, ao menos, dois lados, que nada é absoluto, total [...] As pessoas de mentalidade histórico-crítica, são pessoas que incorporam na definição de realidade o futuro e a mudança. (GUARESCHI, 2011, p. 30).

Estas concepções iniciais trazidas por Guareschi (2001) podem parecer básicas a primeira vista, mas de fato auxiliam a compreender, em essência, duas matrizes de pensamentos de onde, ao longo da modernidade, derivaram diversas posturas filosóficas e políticas. Neste sentido, inclusive, nos auxiliam a compreender com maior precisão o nascimento do que, ao término da década de 1930, denominou-se *Teoria Crítica*, ou *Escola de Frankfurt*, como veremos a seguir.

A Escola de Frankfurt

A Europa das décadas de 1930 e 40 sofria com as devastadoras consequências da primeira guerra mundial, entre elas a crise de 1929 da bolsa de valores de Nova Iorque. Como consequência deste quadro de crise generalizada, algumas nações europeias desenvolveram, em busca de maior segurança, tendência de apoio a regimes políticos totalitaristas de cunho nacionalista, Hitler na Alemanha e Mussolini na Itália são ícones deste movimento. (BARBOZA, 2012).

Somente após quase 20 anos de hegemonia destes modelos imperialistas-ditatoriais, com os capítulos finais da segunda grande guerra, instala-se um contexto possível a sua superação. Neste sentido diversos pensadores que já vinham se organizando em volta das críticas aos próprios modelos vigentes de pensar e fazer ciências sociais assumem aspectos fundamentais da teoria marxista para refletirem sobre as condições político-sociais da época. (WIGGERSHAUS, 2010).

Afirma-se assim que a *Teoria Crítica da Sociedade* tem início a partir de um ensaio publicado por Max Horkheimer em 1937 (já em exílio), intitulado *Teoria Tradicional e Teoria Crítica*. Como pressuposto, seus escritos defendiam uma própria autocrítica por parte da ciência e a busca por uma nova compreensão da estruturação social possível, contrapondo-se as tendências funcionalistas e ditatoriais. Para isto, o universo dos trabalhadores operários apresentava-se como via de pensamentos e práticas de possíveis alternativas que, inclusive, ganhava força com as teorias marxistas. Neste mesmo sentido, a Psicanálise também ganha visibilidade ao gerar subsídios que auxiliavam na compreensão dos processos individuais imbricados em determinados contextos de autoritarismo.

Especificamente a *Escola de Frankfurt* não nasce enquanto sinônimo da *Teoria Crítica da Sociedade*, mas logo em seguida se junta a ela compondo futuramente, campos de estudos sinônimos. Vale citar que a *Escola de Frankfurt* foi fundada em 1924 por Félix Weil, participante do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, que anteriormente tinha seu nome cogitado como Instituto para o Marxismo, o que encontrou, obviamente, dificuldades constitucionais no atual contexto alemão. Em 1931, Horkheimer, como docente da Universidade de Frankfurt, torna-se diretor deste Instituto, promovendo a junção entre a Teoria Crítica da Sociedade e Escola de Frankfurt. (BARBOZA, 2012).

Assim, Max Horkheimer, Theodor Adorno, Herbert Marcuse, Friedrich Pollock, Ericch Fromm e Leo Lowenthal embasados em estudos marxistas, na sociologia antipositivista, na psicanálise e nos ensaios da filosofia existencialista, constituem a primeira geração desta corrente teórica que se apresenta como questionadora dos processos de dominação social, promovendo confrontos críticos entre ciência e cultura, buscando alternativas para um processo de reorganização da sociedade, onde a dialética desponta enquanto método analítico-compreensivo.

Com o passar do tempo, a Sociologia Crítica foi tomando distância e distinção de alguns desses campos fundantes, como a Psicanálise e a filosofia existencialista, que, a seu ver, se restringiam demasiadamente a análise do indivíduo, dando pouca relevância aos fenômenos externos-sociais. (ROSO, 2008, p. 50).

Da mesma forma como percebemos na citação a seguir, houve certo afastamento ou reformulação da teoria marxista em determinado momento:

Os primeiros teóricos dessa escola partiram da não constatação dos pressupostos marxista que afirmavam: estando maduras as contradições presentes no campo das produções, a transformação da sociedade aconteceria automaticamente. Para os frankfurtianos essas contradições já estavam profundas em diversas condições sociais, mas a dominação continuava sempre mais acentuada. Perceberam que existia outra variável que influenciava a realidade de dominação nesta sociedade: a ideologia. (GUARESCHI, 1993, p. 50).

A partir destas reformulações, o conceito de *ideologia* ganha centralidade na Sociologia Crítica, sendo indissociável de uma possível análise da sociedade. Nesta perspectiva, nos explica Roso (2008), *civilização* é entendida como parte concreta e aparente da realidade e *cultura*, por sua vez, a parte abstrata, das ideias. A saber, Thompson, representando à segunda geração da Sociologia Crítica, com seu clássico livro *Ideologia e Cultura Moderna* (1995) aprofunda e garante centralidade a estes conceitos principalmente, mas não apenas, enfocando-os nos estudos a respeito dos meios de comunicação de massa.

Jaeggi (2008), partindo da perspectiva da Sociologia Crítica, define ideologia como sistema de convencimento, mas que têm, ademais, consequências práticas. Elas possuem efeitos práticos e são, por sua vez, efeitos de determinada práxis sociais, que naturalizam determinado fenômeno ou conceito. Neste contexto, também são evocadas as discussões sobre igualdade e liberdade nesse universo teórico.

Através deste percurso, a Sociologia Crítica ou Escola de Frankfurt estrutura-se enquanto corrente teórica que critica determinadas imagens dominantes na sociedade relativas a certos fenômenos sociais e a maneira como tais fenômenos são definidos e naturalizados.

Por tal postura, com a ascensão de Hitler ao poder em 1939, o Instituto deixa a Alemanha em direção a Genebra. Foi neste momento que muitos de seus importantes trabalhos começaram a emergir, ganhando uma recepção favorável na academia inglesa e estadunidense. Horkheimer, Adorno e Pollock voltaram à Alemanha Ocidental no início dos anos 1950, apesar de Marcuse, Lowenthal, Kirchheimer terem escolhido permanecer nos Estados Unidos. Apenas em 1953 o Instituto foi formalmente restabelecido em Frankfurt. (WIGGERSHAUS, 2010).

Um último elemento, antes de passarmos para a transição em direção à chamada segunda Geração da Escola de Frankfurt, é deixarmos claro que a concepção de *identidade* e por consequência, de ser humano, construídas ao longo desta primeira geração, surge com forte cunho estruturalista, no qual o indivíduo é fruto, em maior parte, da influência das diversas instituições que compõem o tecido social. Frente a isto, a via principal de libertação e emancipação social é justamente a inversão das lógicas de produção destas instituições.

A segunda geração de Frankfurt

Durante a II Guerra Mundial, a Escola de Frankfurt esteve radicada em Nova York, e, nesse período, Marcuse trabalhou no Departamento de Serviços Estratégicos, colaborando no esforço de guerra para preparação de uma análise do regime nazista. Em 1950, quando o instituto retornou à Alemanha, Marcuse permaneceu nos Estados Unidos, ocupando diversos cargos acadêmicos, contudo, não deixou de fazer palestras na Universidade de Frankfurt contra a Guerra do Vietnã. Sua ação dos dois lados do Atlântico fez-lhe ser reconhecido como um dos mais influentes intelectuais do Movimento Estudantil de 1968. (WI-

GGERSHAUS, 2010).

O início da segunda fase frankfurtiana se centra principalmente em dois trabalhos: *Dialética do Esclarecimento* (1944) de Horkheimer e Adorno e *Mínima Moralía* (1951) de Adorno. Ambos os autores trabalharam durante o exílio na América do Norte transformando em profundidade algumas perspectivas de trabalhos anteriores. Enquanto que antes se retinham muito em uma análise marxista das estruturas sociais e o combate entre as classes sociais, nesses novos trabalhos a teoria crítica mais global foi sua ênfase. A crítica ao capitalismo tornou-se uma crítica da civilização ocidental como um todo. Horkheimer e Adorno já apresentavam nesses trabalhos muitos temas que vieram a dominar o pensamento social dos anos posteriores contra o chamado Imperialismo Norteamericano; criticando uma racionalidade instrumental que impera na construção desta civilização. (WIGGERSHAUS, 2010).

Um elemento importante que impulsiona a globalização desta visão instrumentalista hegemônica ocidental das formas de dominação do homem sobre ele mesmo e sobre a natureza encontra-se também na proliferação da *Escola de Chicago*. O termo “Escola de Chicago” foi concebido na década de 1950 para fazer referência aos professores que lecionavam no Departamento de Economia da Universidade de Chicago, bem como em áreas acadêmicas relacionadas, como a Escola Superior de Administração e a Faculdade de Direito.

Tal escola defende a teoria do *Mercado Livre* embasada na teoria neoclássica da formação de preços e no liberalismo econômico. Em termos metodológicos, enfatiza a “economia positiva”, isto é, estudos empíricos baseados no uso de estatísticas. A Escola de Chicago se notabiliza por sua ampla gama de interesses e sua incorporação por órgãos administrativos competentes de alguns países. (BECKER, 1990).

Suas maiores aplicações práticas, que lhe renderam visibilidade e aceitabilidade global, deram-se durante a ditadura chilena no governo de Pinochet durante a década de 1970, Margareth Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan, nos Estados Unidos em 1980. A política externa e econômica adotada por estes países refletiam também, as políticas do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional e suas intervenções nos países ditos subdesenvolvidos da América Latina, Central e África.

Portanto, dentro deste contexto e contrapondo-se a estas tendências imperialistas da segunda metade do século XX, inaugura-se a segunda geração da Escola de Frankfurt, tendo como principais autores Jürgen Habermas, Franz Neumann, Oskar Negt, Alfred Schmidt, Albrecht Wellmer e Axel Honneth. Sobre ela o filósofo e teórico crítico Nikolas Kompridis (1958, p. 46) escreve o seguinte:

De acordo com a nova visão canônica da história, a teoria crítica da Escola de Frankfurt começou nos anos 1930 como um razoável confidente programa interdisciplinar e materialista, o objetivo geral do que era conectar o criticismo social normativo ao potencial emancipatório latente no processo histórico concreto. Apenas uma década ou mais depois, entretanto, tendo revisitado as premissas da sua filosofia ou história, a *Dialética do Esclarecimento* de Horkheimer e Adorno conduziu todo o empreendimento, provocativamente e auto conscientemente, para um cético cul-de-sac. Como um resultado, eles ficaram emperrados em dilemas indissolúveis da “filosofia do sujeito”, e o programa original foi diminuído para uma prática negativista de crítica que evitava os muitos normativos ideais dos quais ele implicitamente dependia.

Mesmo sem abrir mão da prerrogativa da consciência utópica como plataforma das possíveis transformações a serem pensadas no contexto social, as afirmações de Kompridis encontram sentidos na me-

didada em que tais dilemas indissolúveis a Sociologia Crítica, apresentam-se de fato como transformações vigentes no cenário social da época. Entre estes dilemas, de maneira sucinta, podemos apontar: a diminuição do estruturalismo em nome da centralidade do conceito de identidade, o que garante maior relevância também ao conceito de *Relação*. Também, as várias formas de resistência que se espalham pelo globo, frente às ditaduras instaladas pelas nações imperialistas e pelos órgãos de fomento e regulação monetária internacional. Assim como, em tempos mais atuais aos nossos, a pulverização dos meios de comunicação, o (re) modelamento da sociedade civil em busca de certa organicidade ligada aos seus movimentos sociais constitutivos, a crise de uma sociedade estruturada a partir do salário, entre outros temas.

Helena Scarparo (2012) apresenta sua tendência em analisar estes fenômenos referentes à Sociologia Crítica, não a partir de marcos históricos consagrados, mas em relação com as transformações dos movimentos sociais ao longo destes processos históricos. Para ela, a segunda geração da Sociologia Crítica está vinculada também ao contexto setentista, no qual a guerra fria, a crise do petróleo e, especificamente no caso brasileiro o golpe civil militar se constituem enquanto elementos centrais do cenário social.

Contra a crise econômica gerada pelos primeiros dois elementos e a crise social e política gerada pela ditadura, de acordo com Scarparo (2012), os movimentos sociais retomam a Sociologia Crítica como ferramenta de análise e transformação, agora adaptada a estes aspectos contemporâneos. Esta postura dos movimentos sociais acaba por desencadear reivindicações e organizações estruturais políticas que nos anos precedentes a 1988, compõem os elementos decisivos para os encaminhamentos da Assembleia Constituinte brasileira.

Guareschi (2012) refletindo sobre esse reelaborar-se da Sociologia Crítica na ditadura militar brasileira, afirma que a própria Teologia da Libertação, que num primeiro momento assume a Teoria da Dependência como referencial, posteriormente, impulsionada por Paulo Freire, Frei Betto, entre outros, acaba por migrar seu referencial teórico para esta Sociologia Crítica adaptada.

Especificamente sobre os chamados Novos Movimentos Sociais que emergem ao longo e após esse contexto ditatorial Ghon (2000) apresenta aprofundado estudo sobre suas transformações no cenário dos anos 1980 e 1990, a partir da constituição de uma sociedade civil organizada, a diminuição das influências do estruturalismo e o novo caráter policlassista e pluripartidário destes movimentos sociais.

Nós mesmos em estudos anteriores (LACERDA, 2011) elaboramos reflexões aprofundadas a respeito de como as determinações de uma sociedade salarial em crise e a reformulação dos movimentos sociais, unem-se no sentido de almejar outras formas possíveis de planejamento e execução de ações em vista as transformações políticas, econômicas e sociais desejadas no contexto dos anos 90 por aqueles que almejavam revitalização da organicidade social.

Assim, a segunda geração da Sociologia Crítica, embasada na queda considerável da tendência estruturalista e no pulverizar das múltiplas manifestações dos movimentos sociais, frente a um contexto de Capitalismo Mundial Integrado (GUATARRI, 2003), guiado por determinada razão que poderíamos denominar, a partir dos estudos de Boaventura de Sousa Santos (2007) de Razão Indolente, posiciona-se criticamente frente a uma sociedade global salarial em crise (CASTEL, 1997).

Acreditamos que a própria tendência atual de algumas áreas da Sociologia em aprofundar-se nas teorias da experiência Dubet (1997), ou nas teorias da ação do Sujeito como Bajoit (2006), ou a própria di-

visão proposta por Touraine (1984, 2006), entre indivíduo e sujeito, sejam manifestações dessa necessária adaptação de uma postura crítica aos tempos atuais. Assim também entendemos a Ação Comunicativa e a esfera do cotidiano, conceituadas ao longo da teoria de Habermas e do peso interacionista encontrado no conceito de *Habitus* apresentado por Bourdieu (2008).

Da mesma forma, na Psicologia estudos como As artimanhas da exclusão de Sawaia (1999), assim como Teoria das Representações Sociais (2003) e Psicologia das Minorias Ativas (2011) propostas por Sérgio Moscovici, além da retomada com folego e representatividade do próprio campo da Psicologia Política, também se apresentam como sintomas da tentativa desta ciência em manter postura crítica frente ao cenário atual, readaptando ou atualizando os preceitos da primeira geração da Escola de Frankfurt.

Obviamente, a obra deste universo de autores é demasiada grande para podermos analisar cada uma em relação às tendências da segunda geração da Escola de Frankfurt, mesmo assim podemos apontar algumas diretrizes gerais que representam suas novas tendências através da análise de seus conceitos centrais.

Pensando alguns conceitos centrais e suas manifestações na segunda geração de Frankfurt

O exercício a que nos propomos a seguir busca elaborar reflexões a respeito de alguns conceitos centrais à Sociologia Crítica. Tal esforço mostra-se pertinente no sentido de compreendermos as transições propostas da primeira para segunda geração desta Escola. Da mesma forma, a análise destes conceitos nos possibilita uma compressão geral das próprias transformações das dinâmicas socioculturais ao longo do século XX, para por fim, podermos promover reflexão a respeito de suas manifestações nos dias atuais, quem sabe, apresentando possíveis caminhos para a compreensão da Psicologia Social nos dias de hoje e suas possíveis relações com a Sociologia.

É importante frisar que não temos o objetivo de esgotar o debate sobre tais conceitos ou de analisá-los pela perspectiva de todos os autores participantes na evolução da Sociologia Crítica como corrente de pensamento contemporâneo. Assim, nossas reflexões a respeito destes conceitos partem do material teórico utilizado para a construção deste ensaio, assim como a fala de nossos professores contribuintes ao debate reflexivo e também, sobre nossas próprias sínteses ao longo do processo desta escrita.

Então, vamos ao foco: o primeiro conceito que se encontra pertinente à análise no sentido exposto anteriormente refere-se à *relação*. Como vimos no contexto global, concomitante a primeira geração da Sociologia Crítica, constituía-se a hegemonia do pensamento estruturalista, no qual a compreensão dos processos sociais encontrava-se primordialmente embasado nas relações dos indivíduos com as estruturas sociais vigentes. Verdadeiramente, nos parece que o foco determinava-se na compreensão de como as estruturas sociais condicionavam a conduta dos diversos atores sociais.

Com a diminuição da influência do clássico estruturalismo e a ampliação do sistema imperialista norte-americano a partir da segunda metade do século passado, pulverizam-se formas de perceber e agir sobre o mundo. Podemos afirmar isso tanto sobre as formas de dominação quanto frente às formas de resistência a esta dominação. De maneira geral, podemos afirmar que o processo de globalização ou mundialização deste sistema ampliou o universo dos agentes sociais, ampliando com isto, o próprio conceito de relação (não mais vinculado estritamente aos indivíduos e as estruturas sociais, mas destes com os

movimentos de resistência que acabam por assumirem formas e temáticas distintas).

Da mesma forma, com o caminhar das estruturas sociais em direção a possível constituição de uma esfera civil organizada (fenômeno percebido nas décadas finais do século XX) também é trazido para a centralidade desta cena, através das questões assistenciais, de políticas públicas, democracia participativa, controle social, entre tantos outros conceitos, o pulverizar da ideia de *relação*.

Assim, este conceito, sempre central na Sociologia Crítica, representa agora não mais unicamente a influência das estruturas sociais sobre os indivíduos, mas destes sobre as estruturas sociais, abrindo a possibilidade de uma via de mão dupla sobre tais processos de influência. A partir desta perspectiva, pensar a influência do indivíduo na sociedade convida à consideração de questões culturais, religiosas, econômicas que constituem previamente este ator construtor social.

De acordo com Guareschi (2011) e Pinzani (2012), alterar a concepção vigente de *relação* abre espaço para pensarmos as múltiplas formas de ser e estar em sociedade, despontando as diversas formas de diálogo, influências e reconhecimentos dos agentes envolvidos. Não há mais como pensar a relação em uma via de mão única, de total dominação de uma parte sobre a outra, mas, sim, em relações dialéticas de complementaridade que hora geram desigualdades, hora geram consequências compensatórias sobre estas desigualdades.

Em última análise, assumir este pensar *relação*, significa relativizar, superar tudo que está posto como absoluto e assim, assumir uma perspectiva de debate dentro de um contexto com múltiplas possíveis saberes.

Esta reflexão nos leva ao debate de dois outros conceitos: *Realidade e Identidade*. Sobre realidade, como explicitado nas páginas anteriores, à Sociologia Crítica sempre em contraponto a lógica funcionalista – absolutista, amplia a noção estritamente vinculada ao que existe e ao que é concreto. Com esta ampliação oferece a ideia de que realidade é o visível, mas também o invisível, o imaterial o que ainda esta por vir. Esta postura que abre caminho para uma *consciência utópica* é, via de regra, a base da Sociologia Crítica para pensar e propor saídas aos processos de dominação social.

A questão entre a primeira e a segunda geração no que tange a ideia de *realidade*, da mesma forma como ocorre com o conceito de relação, é que sobre ela ampliam-se as possibilidades de compreensão e nesse sentido a teoria marxista basicamente centrada na luta de classes acaba diminuindo sua relevância ou necessitando de adaptações, no sentido de compreender o que existe para muito além do horizonte das relações de produção e das estruturas sociais.

Habitus, agir comunicativo, realidade midiática, entre tantos outros, são termos que aparecem nesta nova cena, ampliando ou reformulando uma estrita concepção de realidade empregada pelos pensadores da primeira geração.

Contudo, em essência, acreditamos que o conceito não se transforma totalmente, pois permanece a lógica de ampliar a realidade concreta e com isto questionar o ideário de *desenvolvimento e progresso*, não mais entendidos sobre uma ordem empírica e cronológica, onde o presente e o futuro são consequências naturais de fatos históricos, para uma visão não cronológica dos fenômenos sociais, centrando as possibilidades de emancipação na ideia de uma Consciência Utópica (*Utopia*).

Utopia é a qualidade do ser humano ainda não embrutecido pela sua fraqueza ou pela realidade tremenda. É a liberdade que o ser humano se reserva de se propor a situações decepcionantes e injustas uma força contraditória: a esperança. Esperança de que aquilo que não é, que não existe agora, pode vir a ser, tornando-se realidade presente aquilo que precisa acontecer. A utopia é a imaginação criadora, exigente, que faz presente o futuro real, a partir do presente passível de ser melhorado e transformado. (Guareschi, 2011, p. 153).

Sobre *Identidade*, as transformações decorridas nos parecem ser consequências das próprias alterações desencadeadas pelos conceitos anteriormente trabalhados: Se ampliamos a noção de realidade e com ela as formas de relações existentes, é claro que se deve ampliar a ideia sobre aquele que vive e se relaciona nesta nova realidade. Assim, a segunda geração da Sociologia Crítica parece assumir uma postura em que a ideia de essência identitária não encontra mais sentido na compreensão do ser humano.

Com a multiplicidade das relações e das realidades possíveis fica inviável assumir uma postura geral e universal sobre a ideia de que alguns elementos influenciam em maior grau que outros a construção da *identidade*. Da mesma forma, mostra-se imperativo eliminar a ideia de Identidade como algo em determinado momento absoluto, pronto e acabado.

Percebe-se, então, a tendência em substituir o conceito de identidade ou até mesmo de subjetividade por *processos de subjetivação*, em um claro movimento de resistência em compreendê-la como algo acabado, estanque, linear e predeterminado, tentando evitar o erro de pensar que, por exemplo, todos os trabalhadores de certa fábrica, do mesmo setor, com a mesma função, moradores do mesmo bairro, nascidos e criados na mesma cidade, possuam os mesmos traços e tendências subjetivas simplesmente por compartilharem, contemporaneamente, destas mesmas importantes categorias. (GUATTARI e ROLNIK, 1993).

Os escritos de Touraine (2006, 1984) e de Bajoit (2006) promovendo distinção entre os conceitos de *Sujeito, Ator e Indivíduo* na busca de compreender como estas dimensões influenciam na inserção e na toma de decisão do ator social sobre as estruturas e os contextos que participa nos parece demonstração clara de como, no campo da Sociologia, a Teoria Crítica, saindo de uma postura estruturalista, descompõe a própria Identidade enquanto unidade harmônica, funcional e sistemática. A Psicologia passa assumir assim uma visão muito mais processual das constituições do sujeito.

Os vários personagens que por sua vez se interpenetram com outros personagens durante as relações sociais, garantem a processualidade da identidade enquanto repetição diferenciada, emergindo um outro que também é parte da identidade. O autor (Ciampa, 1987) emprega o termo *metamorfose* para expressar este movimento. Se necessário se faz superar a dicotomia individual- social para compreender o processo de constituição da identidade, a noção de metamorfose faz articular a noção de *estabilidade e transformação*. (Jacques, 2008, p. 159).

Para terminar de ilustrar esta tendência da segunda geração da escola frankfurtiana em, diferentemente de suas origens, entender Identidade a partir de um processo (em última via processo de superação das estruturas binárias como sadio e doente, social e individual, acabado e inacabado) no campo da Psicologia Social, ficamos com o pensamento de Guareschi (2012) explicitado ao longo de nossa conversa: “Disto já estou convencido: não existe indivíduo e sociedade, mas sim o indivíduo na sociedade e a sociedade no indivíduo.”

Esta visão, adotada pela Escola de Frankfurt principalmente em sua segunda geração, nos parece encontrar eco nas manifestações contemporâneas tanto na Sociologia, quanto na Psicologia Social.

Por fim, outro conceito que merece destaque é o de *Movimentos Sociais*. Já refletimos neste ensaio as transformações ocorridas neste campo, a lembrar, sucintamente que:

Se os anos 70 os movimentos sociais caracterizaram-se por uma relação extremamente conflituosa entre a sociedade civil e o Estado, e nos anos 80 abriram-se algumas portas para o diálogo, os anos 90 impulsionaram, via indignação, a criação de ações paralelas por parte de tais movimentos, o que acarretou na constituição de uma nova esfera pública não-estatal, subsidiada pelos NMS e as ONGs nacionais e internacionais, que buscam independência e agilidade frente à estrutura estatal. (GOHN, 2000, p.27).

A relevância maior de resgatarmos aqui o debate sobre tal conceito mostra-se no sentido de que, através dele, desencadeia-se a reflexão sobre alguns outros elementos pertinentes, a saber, *Trabalho e Ideologia*.

Com o pulverizar das formas de resistências na contemporaneidade e a emergência de características pluriclassistas e multipartidárias dos *Novos Movimentos Sociais* relativiza-se também a centralidade da esfera do *trabalho* encontrada na primeira geração frankfurtiana na máxima marxista “diga-me o que fazes e te direi como pensas.”

A partir deste movimento de revitalização, juntamente com o trabalho, passa-se a dar maior relevância a outros elementos no processo de constituição das subjetividades, na estruturação da esfera social e das mais diversas pautas de reivindicações: como a cultura, a religião, o universo doméstico, a mídia, etc. O próprio trabalho passa a ser entendido não mais como conceito único e totalizador do potencial emancipador ou de coesão social e passa a ser analisado a partir dos movimentos que lhe constituem como a comunicação, as gestões dos processos grupais, consumo, desenvolvimento local, etc.

Superando a lógica tecnicista e a concepção de sociedade estritamente influenciada pelas classes sociais, a dimensão *relacional* ampliada, mais uma vez é convidada a compor esta nova tendência de compressão sobre o mundo laboral, como referem Grisci e Lazzarotto (2008, p. 230): “É somente a partir do outro que podemos saber de nossas práticas produtivas, pois, enquanto seres isolados, não temos como sabê-las. Se nossas práticas são relativas, múltiplas ou diversas, assim o são em relação a um outro que contém e está contido em um dado cenário.”

O exemplo mais claro que podemos encontrar na distinção entre a primeira e a segunda geração a respeito do conceito *Trabalho* na Escola de Frankfurt, encontra-se na distinção apresentada por Habermas entre o *agir instrumental* e o *agir comunicativo* onde se explicita o desejo do autor em equiparar a predominância do mundo laboral com outros fenômenos sociais, inclusive também circunscritos nas práticas produtivas. Como exemplo:

Enquanto que a vigência das regras técnicas e das estratégias depende da validade das proposições empiricamente verdadeiras ou analiticamente corretas, a vigência das normas sociais é fundamentada exclusivamente na intersubjetividade de um entendimento acerca das intenções e é assegurada pelo reconhecimento universal das obrigações. (HABERMAS, 1986, p. 78).

De maneira sintética, ao analisar o pensamento habermasiano, encontramos em Galuppo (1998, p. 127):

Agir Comunicativo	Agir instrumental
Agir: falar ou atuar com o outro.	Agir: atuar apenas sobre o outro.
Ações orientadas para o (pelo) entendimento mútuo	Ações orientadas para o sucesso econômico
Perspectiva de 1ª pessoa ou do agente	Perspectiva de 3ª pessoa ou do observador
Razão comunicativa Agir comunicativo – entendimento mútuo	Razão instrumental Agir estratégico
Interação social reside na própria linguagem	Interação social reside na própria influência de um sujeito sobre outro
Consenso	Adequação de meios a fins

Assim, ao nosso entender, a Razão Comunicativa apresenta-se como claro exemplo da ampliação dos sentidos que o mundo do trabalho recebe ao longo da segunda geração da Escola de Frankfurt.

Por fim, o conceito de *Ideologia*, um dos referenciais de análise da Escola de Frankfurt em relação aos processos de dominação social, também acaba por sofrer alterações. Como refere Guareschi (2001) podemos pensar *Ideologia* epistemologicamente como estudo das ideias, no sentido positivo enquanto maneira de sentir e pensar de pessoas e grupos – algo constitutivo de todas as pessoas e grupos. No sentido crítico, negativo, como ideias incompletas, falsas ou distorcidas, portanto, suscetível ao uso das formas de dominação de uns sobre os outros.

Em outro de seus textos Guareschi (2008, p. 91) agrupa alguns autores em torno destas tendências:

Concepção Positiva	Concepção Negativa
Destutt de Tracy: Elementos de ideologia (1803)	Marx: O Capital (1977)
Lenin: O Estado e a revolução (1969)	Thompson: Ideologia e cultura moderna (1995)
Lukács: História e consciência de classe (1871)	
Mannheim: Ideologia e utopia (1954)	

O que o estudo dos textos indicados no tocante a *Ideologia* ao longo deste ensaio nos leva a perceber é que para além de uma alteração nas formas anteriormente citadas de interpretar tal conceito em seu significado, o que se transforma de uma geração para outra dentro da Escola de Frankfurt são as formas de compreender as manifestações das diferentes ideologias no cotidiano social.

Sendo assim, principalmente com os estudos de Moscovici sobre as Representações Sociais (2003) no universo da Psicologia e de Bourdieu, no tocante ao poder das formas simbólicas (2008), no universo da Sociologia, encontramos claros exemplos de como, nesta transição, o conceito de *Ideologia* passa a

permeiar também a realidade não concreta dos *símbolos, signos e habitus*, não mais estritamente ligado às formas de dominação das estruturas e classes sobre determinados grupos, mas aparente em todas as formas de pensar e agir dos diversos âmbitos da vida social.

Assim sendo, a análise das transformações de todos estes conceitos entre a primeira e a segunda geração de Frankfurt, longe de ser esgotada, nos auxilia para uma compressão geral dos significados destas mudanças e posterior entendimento das perspectivas atuais desta corrente teórica.

O que fica evidente é que como principal característica das transformações ocorridas entre estes dois contextos encontra-se a necessidade de ampliação dos referenciais de análise social. Em outras palavras, nos parece que a segunda geração, impulsionada pela tendência plural nas diversas esferas da sociedade contemporânea vê-se convidada a ampliar e relativizar suas formas de compreender o mundo, seguindo, em última análise, o que percebemos como tendência tanto na Sociologia, quanto na Psicologia Social, em abandonar posturas demasiadamente estruturalistas, absolutistas e funcionalistas.

Contudo, as críticas elaboradas pelo professor Gadea (2013) ao longo de nosso debate também são pertinentes. Elas, mesmo valorizando essas transformações conceituais ao longo da história da Sociologia Crítica, chamam a atenção para o fato de que, apesar de algumas superações realizadas, tal corrente teórica ainda parece, por vezes, recorrer a determinado universalismo dos conceitos, das formas de inserção, dominação e emancipação social. Apontam também para o fato de tal Escola ainda partir de determinado *a priori* de dominação social, enfrentando dificuldades em pensar outras possibilidades fora das categorias construídas pelo sistema vigente. Seus relevantes questionamentos ficam em torno da questão: Com pensar emancipação social a partir das categorias não construídas pelo opressor?

Mesmo levando tais críticas em consideração, no nosso entender, a Sociologia Crítica, ou *Histórico-Crítica*, permanece viva em sua proposta de promover certa tensão dialética nos conceitos historicamente naturalizados, ainda oferecendo às Ciências Humanas e Sociais opção por uma racionalidade abrangente e humanista posta a serviço da liberdade dos homens, frente às lógicas empregadas pela razão instrumental. (FREITAG, 1995).

A psicologia sociocotidiana-crítica necessária nos dias hoje e suas possíveis relações com a sociologia

Ao buscar responder umas das principais questões motivadoras deste ensaio referente à pergunta: Por onde anda a Psicologia Social hoje?, temos que compartilhar com o leitor que encontramos mais perguntas do que respostas. Desta forma, compartilhamos nesta parte final a síntese de algumas análises e inquietações produzidas ao longo deste processo.

É importante saber que, como Bernardes (2008) aponta, nos anos 60 e 70 a Psicologia Social na América Latina, seguia algo que se aproximava muito dos modelos de Psicologia norte-americanos. Esta relação, ao término dos anos 70 entra em crise com os debates promovidos principalmente a partir dos congressos da Sociedade Interamericana de Psicologia que empregavam nova palavra de ordem no campo: Transformação Social. Como resultado deste processo cria-se a Associação Latino Americana de Psicologia Social (ALAPSO) e no Brasil a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO).

É em 1984, com os escritos de diversos autores agrupados em torno da Psicologia Social no Brasil,

através do livro *Psicologia Social: o homem em movimento* (LANE, 1986) que se produz o marco teórico oficial de rompimento com a Psicologia dos Estados Unidos, adotando o materialismo histórico-dialético como principal via de ação analítica da sociedade.

Com o passar do tempo, como percebemos ao longo deste ensaio, surge a necessidade de adaptação das teorias marxistas de cunho estruturalistas no sentido de compreender melhor as peculiaridades dos diversos movimentos e realidades sociais que emergiam. Assim, existe uma retomada dos estudos foucaultianos da segunda fase, como *A vontade de Saber* (1976), *O Cuidado de Si* (1984), *Microfísica do Poder* (1979), *A Hermenêutica do Sujeito* (1982) entre outros.

A tendência à Foucault, por sua vez, seguida pela Psicologia Social, abre espaço para a utilização de estudos mais contemporâneos ligados a Sociologia Crítica da Segunda Geração, como as representações sociais, os processos de subjetivação e trabalhos sobre gênero e diversidades étnicas, mundo laboral, religião, cultura entre outras temáticas que compõem o universo da Psicologia Social nos dias atuais.

Contudo, embasados nos diálogos com os professores Guareschi e Helena Scarparo, não fica distante a perspectiva de que hoje a Psicologia Social sofre nova crise de referenciais. Evidencia-se um distanciamento gradual das teorias frente à realidade concreta que em última análise, retoma a pergunta epistemológica: Como fazemos para reconhecer a realidade?

Helena Scarparo (2013), reafirmando esse quadro, enfatiza que com o pulverizar das realidades, teorias e movimentos de resistência a Psicologia Social encerra-se em um campo próprio e interno de disputa. Este movimento explica o problema da fidedignidade política de inserção na prática do psicólogo e o sentimento de vazio teórico. Este encerramento, em certa disputa interna, a professora denomina “Narcisismo Acadêmico”. Seria necessário, assim, nós, psicólogos, pensarmos o que estamos fazendo hoje? Quais os contextos que nos inserimos? Em que movimentos militamos enquanto área de saber? Quais nossas contribuições e parcerias neste processo? Que tipo de linguagem utilizamos no processo interdisciplinar e comunitário?

A ausência destas perguntas ao longo do tempo é evidenciada pela falta de um posicionamento claro e próprio da Psicologia Social latino-americana sobre sua própria realidade social. Como manifestação positiva nos parece que a Psicologia Social avizinha-se com a Sociologia nos tempos atuais, dentro da tendência de um estruturalismo em baixa e análises das ações e experiências dos sujeitos em alta.

Nesta interface entre a Psicologia Social e a Sociologia, são necessários alguns cuidados, como uma análise detalhada do histórico dos conceitos e das correntes teóricas que são utilizadas de um campo no outro sem necessária cautela. Como exemplo, nos parece inapropriado para Psicologia Social contemporânea fazer uso e apresentar como novidade analítica as antigas análises marxistas ou durkheimianas de cunho estruturalista como nos estudos de Rosas (2010). Assim como, as teorias contemporâneas de ação do sujeito, dentro da Sociologia, utilizarem analiticamente categorias psicanalíticas ou cognitivistas para a compreensão destes fenômenos, como percebemos Bajoit (2006).

Por fim, nos parece necessário à Psicologia Social um reexaminar de seus interesses gerais no sentido de clarear posturas, assim como definir inserções e práticas de maneira mais concreta, inovadora e explícita. Uma *Psicologia Social* e também, porque não uma *Sociologia*, que sejam *Críticas* sim, mas para além de *Históricas*, atualizadas de maneira *Cotidiana* frente aos tempos atuais.

REFERÊNCIAS

- BAJOIT, Guy. *Tudo Muda: proposta teórica e análise da mudança sociocultural nas sociedades ocidentais contemporâneas*. Ijuí: UNIJUI, 2006.
- BARBOZA, Amália. Duas Sociologias frankfurtianas: Sociologia do conhecimento e sociologia crítica. Pag. 107- 126. IN: *Psicologia Social Contemporânea: Livro Texto*. ORG. JACQUES, Maria e GUARESCHI, Pedrinho. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BECKER, Howard. *A Escola de Chicago*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1990.
- BERBARDES, Jefferson. *História da Psicologia Social*. Pag. 19 - 35. IN: *Psicologia Social Contemporânea: Livro Texto*. ORG. JACQUES, Maria e GUARESCHI, Pedrinho. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: Crítica Social do Julgamento*. São Paulo: EDUSP, 2008.
- CASTEL, Robert. As Transformações Sociais. In: BELFIORE, Wanderley. (orgs). *Desigualdades e a questão social*. São Paulo: EDUC, 1997.
- CIAMPA, Antônio. *A história de Severino e a estória de Severina*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- DUBET, François. *Sociologia da experiência*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.
- FREITAG, B. *Sociologia Crítica ontem e hoje*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- GADEA, Carlos. Entrevista Aberta Sobre a Sociologia Crítica. São Leopoldo: UNISINOS, 2013. (Material não impresso, não publicado).
- GALUPPO, Marcelo Campos. *Igualdade e Diferença: Estado Democrático de direito a partir do pensamento de Habermas*, Tese de Doutorado, Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 2000.
- GRISCHI, Carmem e LAZZAROTTO, Gislei. Psicologia Social no Trabalho. Pag. 230-240. IN: *Psicologia Social Contemporânea: Livro Texto*. ORG. JACQUES, Maria e GUARESCHI, Pedrinho. Petrópolis: Vozes, 2008.
- GUARESCHI, Pedrinho. Ideologia. Pag. 89- 103. IN: *Psicologia Social Contemporânea: Livro Texto*. ORG. JACQUES, Maria e GUARESCHI, Pedrinho. Petrópolis: Vozes, 2008.
- GUARESCHI, Pedrinho. *Sociologia Crítica: Alternativas de mudança*. 66 Ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.
- GUARESCHI, Pedrinho. Entrevista Aberta Sobre a Sociologia Crítica. Porto Alegre: UFRGS, 2013. (Material não impresso, não publicado).
- GUATTARI, F. *As três ecologias*. Campinas: Papirus, 2003. 14ª edição.
- GUATTARI, Félix. ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. 3ª edição, Petrópolis: Vozes, 1993.
- HABERMAS, J. *The Theory of Communicative Action: The Critique of Functionalist Reason*. Vol. 2,

Cambridge, Polity Press, 1986.

HORKHEIMER, Max. *Teoria Tradicional e Teoria Crítica*. N.Y: W&Z Editora, 1937.

JACQUES, Maria da Graça. Identidade. Pag. 159-167. IN: *Psicologia Social Contemporânea: Livro Texto*. ORG. JACQUES, Maria e GUARESCHI, Pedrinho. Petrópolis: Vozes, 2008.

JAEGGI, Rafael. Repassando a Ideologia. Porto Alegre: *Civitas*, , n. 1, V. 1, p. 137 -165, 2008.

KOMPRIDIS, Nikolas. *Critique and Disclosure: Critical Theory between Past and Future*. MIT, Londres, 1958.

LACERDA, Luiz Felipe. *Governar-se para quê? As práticas dos empreendimentos econômicos solidários*, Manaus: B&K, 2011.

LANE, Silvia. (org.). *Psicologia Social: O Homem em movimento*. 11 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MOSCOVICI, Serge. *Psicologia das Minorias*. Petrópolis: Vozes, 2011.

PINZANI, Alessandro. Teoria Crítica e Justiça Social. Pag. 70 – 88. IN: SOBOTTKA, Emil e SAAVEDRA, Giovanni. *CIVITAS – Revista de Ciências Sociais: Convergências e divergências na teoria social contemporânea*. Porto Alegre: EDPUCRS, 2012.

ROSAS, Paulo da Silveira. *O dilema da Psicologia Contemporânea Psicologia*. Ciência e Profissão, vol.30, Brasília. 2010.

ROSO, Adriane. Comunicação. IN: *Psicologia Social Contemporânea: Livro Texto*. ORG. JACQUES, Maria e GUARESCHI, Pedrinho. Petrópolis: Vozes, 2008. Pp. 146-158.

SANTOS, Boaventura. *A Crítica da Razão Indolente: Contra a lógica do desperdício da experiência*. Cortez: São Paulo, 2007.

SCARPARO, Helena. Entrevista Aberta Sobre a Sociologia Crítica. Porto Alegre: PUCRS, 2013. (Material não impresso, não publicado).

THOMPSON, J.B. *Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

TOURAINÉ, Alain. *O retorno do ator*. Lisboa: Instituto Piaget, 1984.

TOURAINÉ, Alain. *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis: Vozes, 2006.

WIGGERSHAUS, Rolf. *Escola de Frankfurt: história e desenvolvimento teórico*. Difel: Brasília, 2010.